

20 NOV 2015

BEMPARANÁ

Câmara vai à Justiça por 13^o para vereador

Casa tenta derrubar decisão do TCE de 2013 que considerou pagamento ilegal

Ivan Santos

A Câmara Municipal de Curitiba entrou com uma ação na Justiça para tentar derrubar decisão do Tribunal de Contas do Estado, que impediu a Casa de pagar décimo-terceiro salário para os vereadores da Capital. O processo está nas mãos do juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

Em dezembro de 2011, o Legislativo municipal aprovou lei prevendo o pagamento do benefício aos parlamentares a partir de 2012. Em dezembro de 2013, porém, o TCE suspendeu a eficácia da lei em caráter liminar. Desde então, o órgão não julgou o mérito da questão.

“Diante desse silêncio que já dura dois anos, estamos fazendo um pedido para que a Justiça tome uma decisão. Se o direito foi negado aos vereadores, terão de negar a outros parlamentares, o que não seria justo”, alega o presidente da Câmara, Ailton Araujo (PSC).

A Câmara alega que deputados estaduais, federais e



Araújo (PSC): “Vão ter que negar aos outros também”

senadores, além de vereadores de outras capitais, recebem o décimo-terceiro. E caso consiga reverter a decisão do TCE, a Casa pretende pagar o benefício retroativamente a 2013 – o que implicaria no pagamento de três salários extras a cada vereador. O custo disso seria de R\$ 1,6 milhão, sendo R\$ 578 mil referentes ao décimo-terceiro de 2015, e outros R\$ 1,1 milhão relativos aos benefícios não pagos em anos anteriores. O salário dos vereadores curitibanos atualmente é de pouco mais de R\$ 15 mil mensais.

O Ministério Público jun-

to ao Tribunal de Contas entende que a Constituição Federal prevê o direito ao décimo-terceiro salário apenas aos trabalhadores urbanos e rurais e aos servidores públicos, inexistindo previsão para o pagamento do benefício aos agentes políticos. Segundo esse entendimento, pela legislação, o pagamento do benefício é específico para servidor público e não para agente político, que é o caso dos vereadores. A única exceção se aplicaria a vereador que seja servidor público e que tenha optado pela remuneração de servidor ao invés da de vereador.

SEU BOLSO

R\$ 1,6
milhão

seria o custo do pagamento do décimo-terceiro salário para os vereadores, retroativo a 2013

A princípio o pagamento de décimo terceiro salário não é registrado nas atuais prestações de contas das Câmaras Municipais.

De acordo com o órgão, caso insista no pagamento, a Câmara de Curitiba pode ter as contas desaprovadas, e os vereadores condenados a devolver o dinheiro aos cofres públicos. Além disso, eles podem ser declarados inelegíveis. Segundo o TCE, no passado já houve diversos casos de devolução de remunerações a maior pagas a vereadores, com a consequente desaprovação da prestação de contas.

20 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Quarta ação da Publicano atinge grupo cafeeiro

MP acusa de improbidade 21 auditores da Receita, duas empresas, seu representante legal e um particular que teria agido em conluio com fiscais

Loriane Comeli
Reportagem Local

A quarta ação por improbidade administrativa relativa às investigações de um esquema criminoso na Receita Estadual de Londrina, desbaratado pela Operação Publicano, envolve 21 auditores fiscais, duas empresas de um grupo do ramo cafeeiro, seu representante legal, e um particular que teria agido em conluio com auditores.

A organização criminosa, conforme o Ministério Público (MP), era chefiada por auditores fiscais da Receita Estadual de Londrina e da alta cúpula do órgão, em Curitiba, e tinha como líder político Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), que não é requerido nesta ação (mas figura no polo passivo da primeira ação por improbidade da Publicano).

Protocolada pelos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público na terça-feira, a ação teve a liminar de

bloqueio de bens parcialmente deferida anteontem pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves.

Em 95 páginas, os promotores Renato de Lima Castro, Leila Schimiti e Jorge Barreto relatam que o grupo cafeeiro foi alvo de seis pedidos de propina entre 2007 e 2013. Em uma das ocasiões, os auditores, liderados pelo então delegado-chefe da Receita de Londrina, Márcio de Albuquerque Lima, fizeram exigência de R\$ 500 mil, proposta que foi recusada, assim como em outras quatro situações. A cada recusa de pagamento, a empresa era multada.

Porém, entre novembro e dezembro de 2013, o empresário cedeu ao achaque e entregou R\$ 150 mil (R\$ 170 mil corrigidos) em propina a um dos auditores. O pagamento foi em dinheiro dentro da sede da Receita de Londrina. Em razão disso, o grupo foi multado em valor irrisório. O sexto achaque era para uma propina mensal, que novamente foi recusado.

BLOQUEIO

O pedido inicial dos promotores era de bloqueio de R\$ 3,755 milhões em bens dos auditores que teriam ficado com parte da propina e R\$ 3,584 milhões para os não integraram a partilha, mas davam suporte ao esquema. Esses valores incluem o pedido de dano moral coletivo feito pelo MP – 21 vezes o valor da propina.

O juiz, porém, entende que não é permitido bloquear valor atribuído à indenização, mas, somente o que foi recebido a título de propina. Por isso, deferiu a indisponibilidade de R\$ 170 mil para cada réu, excluindo o auditor Luiz Antonio de Souza e as empresas e os representantes do grupo cafeeiro, que fizeram acordo de delação premiada com o MP.

CONTINUA

20 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

FATIAMENTO DE AÇÕES

Na primeira ação civil pública relativa à Publicano, o MP, que resolveu fatiar as ações para acelerar a tramitação dos processos, acusou 44 pessoas (sendo 26 auditores) de improbidade em razão da cobrança e do pagamento de propina no setor de vestuário. A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 1,4 milhão de cada requerido; na segunda ação, a acusação envolve nove réus e se refere à cooptação de agentes públicos para fornecer informações privilegiadas à organização criminosa. A liminar de bloqueio de bens alcança R\$ 229 mil; a terceira ação se refere ao setor calçadista e envolve 19 requeridos (incluindo 10 auditores) e a indisponibilidade de bens decretada por Gonçalves foi de R\$ 442 mil.

OPERAÇÃO PUBLICANO

Quem são os auditores réus da nova ação por improbidade

- Márcio de Albuquerque Lima
- Ana Paula Pelizari M. Lima
- Luiz Antônio de Souza
- Gilberto Della Coletta
- Clóvis Agenor Roggê
- Helio Hisashi Obara
- José Ap. Valêncio da Silva
- Lídio Franco S. Junior
- Marcos Luis F. Arrabaça
- Gilberto Favato
- José Henrique Hoffmann
- José Luiz Favoreto Pereira
- Milton Antônio O. Digiácomo
- Antônio Carlos Lovato
- Laércio Rossi
- Roberto Carlos Ricardo
- João Marcos de Souza
- Paulo Sergio Chagas Terra
- Wagner Raimundo Chrispim
- Orlando Coelho Aranda
- Ranulfo Dagmar Mendes

Fonte: Ministério Público do Paraná

20 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Parentes de réu do caso Voldemort prestam depoimento

Loriane Comeli

Reportagem Local

A esposa, a irmã e a cunhada do mecânico Ismar Ieger, suposto "laranja" de Luiz Abi Antoun na Providence Autocenter, foram ouvidas ontem como informantes no processo que apura suposta fraude na contratação da oficina pelo governo do Estado, em dezembro do ano passado. Foi a segunda audiência do caso Voldemort, presidida pelo juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nannucio. Ieger acompanhou os depoimentos – ele foi o único dos sete réus que esteve presente.

Sem o compromisso de dizer a verdade, em razão do parentesco, elas apresentaram respostas vagas e disseram desconhecer detalhes do funcionamento da oficina. A irmã e a cunhada chegaram a trabalhar na Providence. Sobre as relações entre Luiz Abi e Roberto Tsuneda (empresário apontado com sócio de Abi na Providence e na KLM), elas sustentaram que seriam clientes da oficina. A cunhada, no entanto, confirmou que Tsuneda pagava dívidas de Ieger, mas a título de empréstimo.

O ex-contador da oficina Fernando José do Carmo também prestou depoimento ontem e não soube falar sobre os aportes que a KLM fazia na Providence. "Eu não fazia a contabilidade gerencial", justificou.

Outras duas testemunhas previstas para serem ouvidas ontem, incluindo o pai de Ieger, que constava como sócio da oficina, foram dispensadas pelas partes. A sétima oitiva seria de uma pessoa que mudou-se e prestará depoimento em sua nova cidade.

As primeiras audiências da Voldemort foram realizadas na quarta-feira. Para hoje, estão previstos depoimentos de 12 testemunhas de defesa. Na segunda-feira, os cinco réus que moram em Londrina – Abi, Tsuneda, Ieger, José Carlos Lucca e Ricardo Baptista – serão interrogados. Os outros dois réus (Paulo Midauar e Ernani Delicato) serão ouvidos em suas comarcas.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Beto tem 72 horas para explicar propaganda

20 NOV 2015

O juiz Mário Dittrich Bilieri, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, deu prazo de 72 horas para que o governador Beto Richa (PSDB) se manifeste na ação popular protocolada pela bancada de oposição da Assembleia Legislativa (AL) que acusa o tucano de mentir em propagandas institucionais. Em propaganda veiculada na televisão, rádio e internet, o governo informou que “10 mil novos policiais foram contratados” entre 2011 e 2014. Entretanto, relatório da Secretaria de Segurança Pública (Sesep) sobre a movimentação de pessoal no quadriênio obtido pelo deputado Nereu Moura (PMDB) mostra que foram contratados 7.033 policiais, sendo que o aumento real do efetivo foi de 3.439 homens e mulheres considerando que 3.594 policiais deixaram as corporações.

Devolução dos gastos

A oposição sustenta que a propaganda enganosa viola os princípios da legalidade, moralidade e publicidade e pede que os gastos realizados com o anúncio sejam devolvidos ao erário. Os deputados ainda pedem que o governador e os secretários de Segurança Pública e Comunicação do Paraná, Wagner Mesquita e Paulino Viapiana, devolvam ao erário os gastos realizados com a publicidade e que o Ministério Público investigue o caso, tendo em vista indícios de prática de improbidade administrativa.

Sem voto impresso em 2016

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Antonio Dias Toffoli, disse ontem que não será possível a impressão do voto pelas urnas eletrônicas nas eleições de 2016. O veto presidencial à medida foi derrubado na quarta-feira pelo Congresso. “Daremos um passo atrás na cultura política brasileira”, criticou Toffoli, que classificou o voto impresso como “absolutamente desnecessário” e lembrou que no passado havia fraude nas contagens manuais. De acordo com o presidente do TSE, não será tecnicamente possível a impressão do voto já nas eleições do ano que vem. A estimativa é de que a impressão custe R\$ 1,8 bilhão e seja feita em 2018.

MAZZA

Syngenta

Justiça de Cascavel condenou a Syngenta pela morte do líder Keno e outros sem-terra que a invadiram com indenização aos familiares.

20 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

MPF pede à Justiça a segunda condenação de André Vargas

Ex-deputado federal, que está preso em Curitiba, é acusado de lavagem de dinheiro na compra de uma residência em Londrina em 2011

*Vargas já foi condenado
a 14 anos e quatro meses em
regime fechado na Lava Jato*

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Procuradores da força-tarefa que atuam na Operação Lava Jato, pediram à Justiça Federal do Paraná a condenação do ex-deputado federal André Vargas (sem partido-PR) pelo crime de lavagem de dinheiro na compra de uma residência em Londrina no ano de 2011. Seu irmão, Leon Vargas, e sua mulher, Eidilaira Gomes Soares, são réus na mesma ação penal e acusados do mesmo crime pelo Ministério Público Federal (MPF).

A solicitação foi feita dentro das alegações finais anexadas ao processo que tramita na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, e o órgão pede que tanto André quanto Leon iniciem o cumprimento da pena a ser proferida pelo juiz federal Sérgio Moro ainda neste ano, em regime fechado. Já em relação a Eidilaira, o MPF solicita que sua pena seja cumprida em regime semiaberto. Os investigadores ainda refor-

çaram o pedido de perdimento do imóvel que fica localizado na Rua das Bromélias, quadra 6, lote 11, no condomínio Alphaville Jacarandá, em Londrina.

As defesas apresentarão suas alegações finais no prazo de dez dias. Depois desta fase, o magistrado abre prazo para solicitação de últimas diligências antes de proferir a sentença. A reportagem entrou em contato com os advogados de André Vargas e Eidilaira, mas não obteve retorno até o fechamento da edição. Segundo Alexandre Loper, advogado de Leon, as acusações contra o seu cliente são baseadas apenas em presunções. "Sem dúvida vou pregar pela inocência do meu cliente nas alegações finais", destacou.

Vargas e seu irmão já foram condenados em outro processo já julgado por Moro. André pegou uma pena de 14 anos e quatro meses em regime fechado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro por ter recebido,

segundo o MPF, por meio de suas empresas LSI Soluções em Serviços Empresariais Ltda. e Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda., propinas que somam R\$ 1,1 milhão. Seu irmão Leon foi condenado a 11 anos e quatro meses, mas recorre da decisão em liberdade. O político segue preso no Complexo Médio Penal (CMP) em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Em relação à compra da casa, os procuradores apontaram que Vargas adquiriu a residência pelo seu valor de mercado (R\$ 980 mil), contudo, registrou no contrato, na escritura pública e na declaração de imposto de renda a soma de R\$ 500 mil, ou seja, um valor inferior ao preço real de aquisição, ocultando os R\$ 480 mil restantes. A denúncia aponta que a "manobra" teria sido realizada para lavar parte do dinheiro recebido pelas empresas de fachada dele e de seu irmão já citados na outra ação penal.

CONTINUA

20 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Nas alegações finais os procuradores ainda contestaram as versões apresentadas pelos acusados, de que os valores usados na compra da casa eram provenientes de “economias guardadas em espécie” por Vargas na sua residência ou escritório em Londrina. “Em um país sabidamente violento, com índices alarmantes de crimes patrimoniais como furtos e roubos, bem como diante dos juros bancários altíssimos, não há a menor plausibilidade que alguém guarde valores lícitos em quantidade elevada – sem qualquer rendimento – “embaixo do colchão”, destacaram as autoridades:

O MPF ainda completou, apontando que, “fosse legal o dinheiro empregado na compra do referido imóvel, fácil seria aos acusados demonstrar a sua origem lícita, com o fim de desfazer os fortes indícios de procedência criminosa; não o fez – e não se esforçou em fazê-lo – justamente porque não há como fazê-lo. Logo, há fortes indícios de que esses valores utilizados para o pagamento do imóvel é de origem ilícita”.

20 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Senador condenado à prisão leva o STF no bico

Condenado a 4 anos e 8 meses de prisão desde 2013 pelo Supremo Tribunal Federal, até hoje o senador Ivo Cassol (PP-RO) vem levando no bico o próprio STF; e exerce o mandato normalmente. Há 5 meses, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, recebeu o processo da relatora, ministra Carmen Lúcia, contrário à última manobra protelatória de Cassol. Mas Lewandowski mantém esse julgamento fora da pauta.

Senador na Papuda

A condenação do senador Ivo Cassol prevê o regime semiaberto, ou seja, terá de dormir todas as noites na penitenciária da Papuda.

Fraude em licitação

Ivo Cassol e outros três réus foram condenados pelo crime de fraudar licitação quando ele foi prefeito de Rolim de Moura (RO).

Esquema maroto

O esquema criminoso de Ivo Cassol, segundo denúncia do Ministério Público, consistia em fracionar obras e serviços para fraudar licitações.

E tome procrastinação

Cassol foi condenado à prisão e a perder o mandato. Por isso, só após a decisão final do STF, o Senado abrirá o processo de cassação.

20 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Voto impresso torna processo eleitoral mais confiável, dizem especialistas

Derrubada do veto que impedia a impressão de votos da urna eletrônica reabre o debate sobre inviolabilidade do sistema

Laura Beal Bordin,
Especial para a Gazeta do Povo

Na quarta-feira (18), o Congresso derrubou o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto que retoma o voto impresso nas eleições. Depois do resultado do último pleito presidencial, a proposta passou a ser defendida pela oposição, que questiona a legitimidade do resultado da disputa.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Dias Toffoli classificou a mudança como “retrocesso”. “Isso criará a situação de análise por humanos. Se houver pedidos de recontagem será feita por humanos. Vocês lembram que no passado podia haver diferença entre o voto contado e o voto dado pelo mesário. É um passo atrás na cultura política brasileira”, afirmou. Segundo

ele, só haverá tempo hábil para implantar a medida a partir de 2018.

Por outro lado, o engenheiro especializado em segurança da informação Amílcar Brunazo Filho afirma que, uma vez que o TSE não permite a auditoria dos votos, o resultado não pode ser considerado confiável. De acordo com ele, todos os países que utilizam o voto eletrônico emitem uma via impressa para a auditoria do sistema.

Outro argumento do TSE é que a nova regra custará cerca de R\$ 1,7 bilhão para adaptação das urnas. Para Brunazo, porém, o valor é irreal. Segundo ele, as urnas não precisariam ser modificadas, já que a impressão dos comprovantes seria feita por impressoras móveis, que custariam, no máximo, R\$ 500 milhões.

Já o doutor em física computacional Mario Gazziro criou um novo modelo de urna que poderia custar ainda menos e tornaria o processo mais transparente. O protótipo custa R\$ 1,3 mil por urna e utiliza o voto eletrônico, mas que não grava os resultados. “O voto é confirmado eletronicamente e o resultado sai apenas no papel. Cada seção faria a sua própria apuração, o que torna o resultado mais transparente”, afirmou.

CONTINUA

20 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SEGURANÇA DAS URNAS ELETRÔNICAS

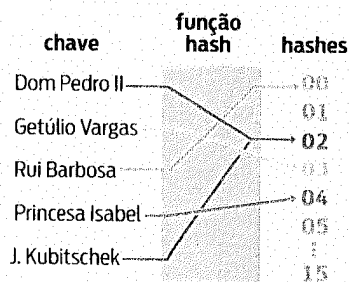
TSE afirma que as urnas são invioláveis, mas especialistas apontam pontos vulneráveis



RECURSOS DE SEGURANÇA

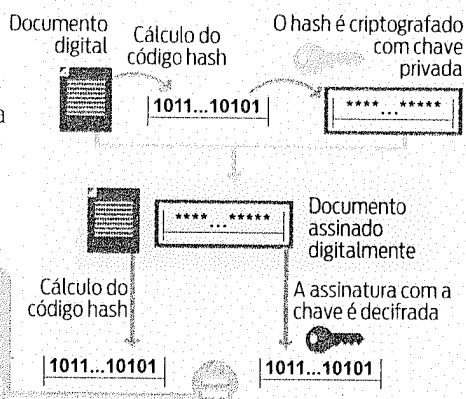
Resumo digital ou hash

São gerados na cerimônia de lacração dos sistemas eleitorais no TSE. Trata-se de uma técnica criptográfica (embaralhamento de dados) que consiste em um algoritmo (método matemático) que mapeia dados e os resume. No sistema, são produzidos hashes (resumos) dos arquivos digitais com algoritmos públicos.



Assinatura digital

Técnica criptográfica que busca assegurar que o arquivo digital não foi violado. Ela verifica se o programa de computador não foi modificado de forma intencional e não perdeu suas características originais por falha na gravação ou leitura.



Segurança em camadas

Diferentes dispositivos de segurança criam diversas barreiras. Se alguém tentar violar qualquer parte do sistema da urna ocorrerá um "efeito dominó" que resultará no tratamento da urna, não gerando resultados válidos.

Fonte: TSE e Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

20 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Pontos vulneráveis do software

O TSE realiza testes públicos de segurança do sistema eletrônico de votação. Em 2012, acadêmicos¹ da Universidade de Brasília participaram do evento e produziram um relatório sobre as vulnerabilidades do software da urna. Confira algumas das questões que foram levantadas sobre o assunto:

- As urnas usam a mesma chave criptográfica para cifrar partes protegidas da memória. Ela está acessível no código-fonte do software. O vazamento da chave revelaria o conteúdo dos cartões e do software;
- Os algoritmos do resumo criptográfico são obsoletos. Não são mais recomendados há 6 anos;
- É possível recuperar os votos em ordem a partir dos produtos públicos da eleição e de conhecimento do código-fonte (caracteres que formam linhas de comando). O código é de acesso público aos partidos;
- Há ênfase demasiada em mecanismos de proteção à ataques externos em detrimento dos internos;
- As assinaturas digitais não são garantia se quem as está usando é de fato a quem elas foram confiadas;
- Seriam necessários mecanismos que permitissem a auditoria de resultados independentemente da integridade do software da urna;
- O Registro Digital do Voto (RDV), é uma tabela separada por cargos em disputa eleitoral que armazena desordenadamente os votos dos eleitores na urna eletrônica. O RDV não pode ser considerado como um verificador do boletim de urna (BU) uma vez que ele é gerado pelo mesmo software que faz a contabilização parcial que gera o boletim de urna.

¹ André de Miranda, Felipe Scarel e Marcelo Karam (Centro de Informática); Diego Aranha (Departamento de Ciências da Computação).

A reportagem entrou em contato com o TSE para que ele se manifestasse sobre os pontos vulneráveis. Mas, até o fechamento desta edição, não houve resposta.

20 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Câmara vai à Justiça por 13.º salário a vereadores

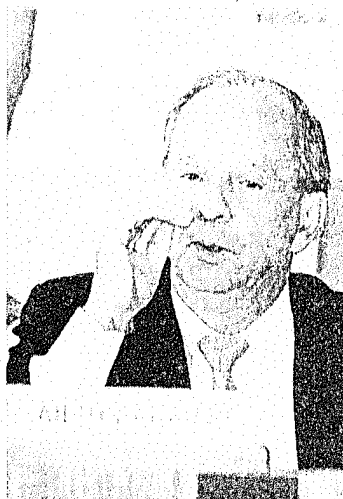
Antônio Morel/Gazeta do Povo

Por lei, benefício deveria ser pago desde 2013, mas foi suspenso pelo Tribunal de Contas. Agora, Casa quer retroativo dos dois anos anteriores

Chico Marés

A Câmara de Curitiba ingressou com uma ação para que os vereadores recebam o 13.º salário. Em 2011, a Casa aprovou uma lei que estabelecia que os vereadores deveriam receber 13.º a partir de 2013. O pagamento, entretanto, foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado (TC). O pagamento seria retroativo a 2013 — ou seja, os vereadores receberiam três salários a mais neste final de ano.

A polêmica começou antes mesmo de o 13.º ser implementado. Até a legislatura passada, esse benefício não estava previsto. Em 2011, a Comissão Executiva da época, então presidida interinamente por Sabino



Ailton Araújo (PSC), presidente.

Picolo (DEM), incluiu o benefício na proposta de subsídio para a legislatura seguinte — além de um aumento de 28%.

No primeiro ano de vigência da lei, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) ingressou com uma ação cautelar pedindo a suspensão do pagamento do 13.º. O relator do caso e atual presidente do TC, Ivan Bonilha, deferiu a ação e o pagamento foi suspenso. No entendimento do órgão, agentes políticos não tinham direito a esse benefício.

Na época, o então presidente da Câmara, Paulo Salamuni (PV), recorreu da decisão, alegando que o benefício era previsto em lei e que outros agentes políticos, como deputados estaduais, recebem o 13.º. O TC, entretanto, não se manifestou até agora sobre a decisão.

Segundo o atual presidente da Câmara, Ailton Araújo (PSC), a Casa busca uma decisão final sobre o assunto. “Já que eles não se manifestam, estamos ingressando com um processo na Justiça. Estamos somente retirando do TC o ônus de decidir sobre o assunto”, disse. Ele afirmou ainda que considera justo que os vereadores recebam o benefício. “Porque os outros legislativos recebem e nós não?”

Caso consiga uma decisão favorável, os três salários “extras” custariam R\$ 1,6 milhão à Câmara — R\$ 578 mil deste ano e R\$ 1,1 milhão dos anos anteriores. Segundo Araújo, a Casa tem esse dinheiro e isso não seria um empecilho. “Estamos devolvendo R\$ 12 milhões à prefeitura do nosso orçamento, e outros R\$ 5 milhões de rendimentos do fundo [da construção da nova sede]”, disse.

» CASO RECALCATTI

Suspeito de execução teria assaltado casa de Flávio Arns

Apresentado nesta quinta (19) como um dos suspeitos de assaltar a casa do ex-vice-governador Flávio Arns (PSDB), Mauro Sidnei do Rosário, 31, também é suspeito de participar da suposta execução de Ricardo Geffer em Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba — da qual teria participado também o delegado Rubens Recalcatti. Apontado como informante da polícia pelo Ministério Público, o suspeito teria sido o responsável por efetuar os disparos contra a vítima.

Segundo a Polícia Civil, Rosário seria um dos quatro assaltantes armados que invadiram a casa de Arns, atual secretário estadual de Assuntos Estratégicos. O crime aconteceu em julho. Ele já estava preso temporariamente no Complexo Médico Penal, desde 15 de outubro. Desta vez, foi detido preventivamente pela Polícia Civil e transferido para a Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEPII).

Em abril, Rosário teria participado do grupo de policiais, liderado por Recalcatti, que teria executado Geffer — a defesa dos policiais argumenta que ele morreu em confronto durante a ação. Informante da polícia, ele teria disparado dois tiros contra a vítima, segundo o relato de testemunhas.

Geffer era suspeito do assassinato de João Dirceu Nazari, ex-prefeito de Rio Branco do Sul. Ele e mais outro suspeito teriam invadido um campo de futebol, mascarados, e disparado contra o político, que era primo de Recalcatti. O Gaeco prendeu Rosário, Recalcatti e os policiais em outubro.

Antes, porém, em julho, a casa de Arns foi invadida. Vestidos com roupas e coletes da Polícia Civil, quatro assaltantes exigiram dinheiro e objetos de valor. De acordo com Arns, eles também queriam levar seu filho, mas não conseguiram. A suposta participação de Rosário no crime é resultado da primeira fase da Operação Falsos Policiais, que há cinco meses investiga quadrilhas que atuam dessa forma. A princípio, não há relação entre os dois casos.



Delegado Rubens Recalcatti.

20 NOV 2015

GAZETA DO POVO

MPF pede condenação de André Vargas por lavagem

Kelli Kadanus

O Ministério Público Federal (MPF) pediu que o juiz federal Sergio Moro condene o ex-deputado federal paranaense André Vargas, sua esposa Edilaira Gomes e seu irmão Leon Vargas por lavagem de dinheiro. Os três são réus em uma ação na qual o MPF acusa o ex-deputado de usar dinheiro desviado da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Saúde para a compra de um imóvel de luxo em Londrina.

Segundo a denúncia, em 2011, André Vargas teria comprado um imóvel no bairro Alphaville, em Londrina. O vendedor declarou o imóvel no valor de R\$ 980 mil, enquanto Vargas declarou ter pago apenas R\$ 500 mil. Segundo os procuradores, a diferença — de R\$ 480 mil — teria sido paga à parte para “impossibilitar o rastreamento da origem dos recursos”.

Os procuradores sugeriram que Edilaira cumpra a pena em regime semiaberto, enquanto os irmãos Vargas deverão cumprir a pena em regime fechado.

André Vargas está detido no Complexo Médico Penal, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Ele foi preso na 11.ª fase da Operação Lava Jato, em abril. Vargas já foi condenado a 14 anos e 4 meses de prisão por irregularidades em contratos de publicidade da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Saúde. Segundo o MPF, Vargas atuava a fim de favorecer a contratação da empresa Borghi Löwe.

Deputado do PT diz a Moro que recebeu R\$ 190 mil ‘por engano’

O deputado federal Paulo Teixeira (PT-RS) disse que a doação eleitoral que recebeu para a campanha de 2014 da empresa Engevix, envolvida na Lava Jato, foi “um engano”. O parlamentar foi ouvido como testemunha de defesa do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, na quinta-feira (19), na ação penal em que Vaccari responde com o ex-ministro José Dirceu por corrupção na Petrobras. De acordo com a prestação de contas de Teixeira, ele recebeu R\$ 190 mil da Engevix em 2014, através do Diretório Nacional do partido. Mas ele disse ao juiz federal Sergio Moro que a doação foi “trocada” e que não se lembra qual era a empresa doadora original.

20 NOV 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Família é tudo

O Grupo Dignidade, que luta pelos direitos dos homossexuais, vai promover no próximo domingo, no Museu Oscar Niemeyer, um encontro para debater o Estatuto da Família, aprovado pelo Congresso Nacional em setembro. Para o grupo, o documento gera controvérsias e tem sinais de inconstitucionalidade, já que restringe a definição de família a núcleos formados por um homem, uma mulher e seus filhos. Não só casais homoafetivos ficam excluídos, como pais e mães solteiros, avós que criam seus netos e outros modelos familiares.

Família é tudo 2

No dia 8 de dezembro, Dia da Família, o Grupo Dignidade lança a campanha #FamíliaÉAmor, junto com uma petição contrária ao Estatuto da Família na forma como está redigido. Os interessados em participar da petição desde já devem tirar uma foto de sua família – seja ela como for – e compartilhá-la nas redes sociais com a *hashtag* da campanha.

ENTRELINHAS

Divórcio

Interessados em se divorciar que esbarraram nas custas jurídicas podem aproveitar a Semana do Divórcio Consensual, promovido pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade Estácio. Para participar, o casal precisa residir em Curitiba e ter bens avaliados em no máximo R\$ 50 mil. Além disso, é preciso que acordo quanto à guarda dos filhos, pensão alimentícia e divisão de bens, é claro, para garantir o consenso da coisa. As ações serão realizadas por estudantes do 9º e 10º período do Direito, sob orientação dos professores. As inscrições são até essa sexta-feira (20), das 9h às 12h e das 14h às 18h, na sede do NPJ (Av. São José, 1.179).

20 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

ELES QUEREM GANHAR MAIS

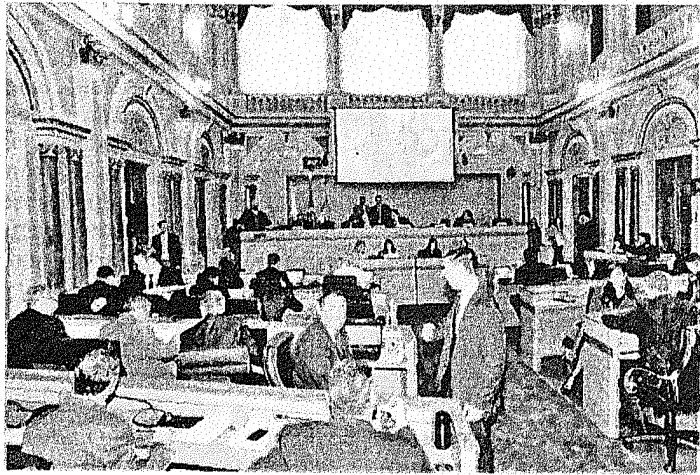
Câmara entra com ação na Justiça pra liberar 13.º salário dos vereadores

Chico Marés

A Câmara de Curitiba ingressou com uma ação pra que os vereadores possam receber o 13.º salário. Em 2011, a Câmara de Curitiba aprovou uma lei que estabelecia que os vereadores deveriam receber 13.º a partir de 2013. O pagamento, entretanto, foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado (TC). O pagamento do 13.º seria retroativo a 2013 ou seja, os vereadores receberiam três salários a mais neste final de ano.

A polêmica começou antes mesmo do 13.º ser implementado. Até a legislatura passada, o benefício não estava previsto. Em 2011, a Comissão Executiva da época, então presidida interinamente por Sabino Picolo (DEM), incluiu o benefício na proposta de subsídio pra legislatura seguinte, além de um aumento de 28%.

No primeiro ano de vigência



Pagamento foi suspenso em 2013 pelo Tribunal de Contas do Estado.

da lei, o Ministério Público de Contas (MPC) ingressou com ação cautelar pedindo a suspensão do pagamento do 13.º. O relator do caso, o atual presidente do TC Ivan Bonilha, deferiu a ação e o pagamento foi suspenso. No entendimento do TC, agentes políticos não têm direito a esse benefício.

Na época, o então presidente da Câmara, Paulo Salamuni (PV), recorreu da decisão, alegando que o benefício era previsto em lei e que outros agentes políticos, como deputados estaduais, recebem o 13.º normalmente. Entretanto, o TC não se manifestou até agora sobre a decisão.

Segundo o atual presidente

da Câmara, Ailton Araújo (PSC), a Câmara busca uma decisão final sobre o assunto. “Já que eles não se manifestam, estamos ingressando com um processo na Justiça. Estamos somente retirando do TC o ônus de decidir sobre o assunto”, disse.

Ele diz, ainda, que considera justo que os vereadores recebam o benefício. “Por que os outros legislativos recebem e nós não? Não temos nada contra os deputados da Assembleia receberem 13.º, mas se eles podem, nós também podemos”, diz.

Caso consiga decisão favorável, os três salários “extras” custariam R\$ 1,6 milhão à Câmara - R\$ 578 mil deste ano e R\$ 1,1 milhão dos anos anteriores.

20 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ FORA DA CADEIA

Presidente da Samarco ganha habeas corpus pra não ser preso pela tragédia em Mariana

O diretor-presidente da mineradora Samarco, Ricardo Vescovi, conseguiu no Tribunal de Justiça do Espírito Santo um habeas corpus preventivo pra que não seja preso pela queda das barragens da empresa no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, no dia 5 de novembro.

Até o momento foram confirmadas sete mortes na tragédia. Doze pessoas estão desaparecidas. A lama atingiu o Rio Doce, que deságua em Linhares, no litoral do Espírito Santo, onde deveria chegar na noite de ontem.

O pedido foi feito na quinta-feira da semana passada, depois que o juiz da Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Colatina (ES), Menandro Gomes, determinou que Vescovi fosse preso caso a empresa não cumprisse medidas em função da tragédia.

MAIS MULTA

O governo de Minas Gerais multou a Samarco em R\$ 112 milhões pelo desastre. A punição partiu da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, segundo a pasta, a penalidade é a primeira a ser aplicada. Outras poderão ser impostas à mineradora. O valor não tem relação com os investimentos que a empresa terá de fazer na recuperação do meio ambiente e na indenização às pessoas atingidas.

No dia 11, a Justiça de Minas Gerais bloqueou R\$ 300 milhões em recursos da Samarco, dinheiro que deverá ser usado exclusivamente pra reparação de danos causados. No dia seguinte, a presidente Dilma Rousseff anunciou que o Ibama aplicou multa, também preliminar, de R\$ 250 milhões à Samarco.

BARREIRA

A Justiça Federal no Espírito Santo determinou que a Samarco adote medidas pra que a lama não chegue ao mar. A mineradora, que pertence a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, será multada em R\$ 10 milhões por dia caso a determinação não seja cumprida. Ainda ontem, a empresa começou a usar boias pra tentar conter os danos na foz do Rio Doce. A operação que deve se estender até esta sexta.

TRIBUNA DO PARANÁ

IMPRESSO

O presidente do Superior Tribunal Eleitoral, ministro José Antonio Dias Toffoli, disse que não será possível a impressão do voto pelas urnas eletrônicas nas eleições de 2016. O veto presidencial à medida foi derrubado na quarta-feira pelo Congresso. "Daremos um passo atrás na cultura política brasileira", criticou Toffoli. "A concepção da urna eletrônica foi acabar com a intervenção humana. A intervenção humana não deixa rastros. A intervenção tecnológica deixa rastro e é possível de ser auditado", afirmou. "Você no passado tinha, às vezes, o voto contado e o voto anotado pelo mesário não era o mesmo".

BILHÃO

Toffoli disse que não será tecnicamente possível a impressão do voto em 2016. Ele criará comissão interna no TSE pra estudar a aplicação da medida a partir de 2018. A estimativa é de que a impressão custe R\$ 1,8 bilhão.

FINANCIAMENTO

Já a proibição do financiamento de doações eleitorais por empresas vai valer já pro ano que vem. "Temos uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça que proíbe a participação das empresas privadas nas campanhas eleitorais. Já pra eleição de 2016 não será possível a doação por empresas", afirmou Toffoli. "O grande desafio no Brasil continua sendo a quantidade de compra de votos e o abuso de poder da máquina pública nas campanhas eleitorais".

20 NOV 2015

BANHEIROS

Os ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votaram ontem a favor do direito de transexuais usarem banheiros conforme sua "identidade de gênero", ou seja, como se percebem (homem ou mulher), independentemente do sexo a que pertencem. O julgamento, porém, foi interrompido por um pedido de vista do ministro Luiz Fux. Faltam ainda os votos de outros nove ministros pra uma decisão final, ainda sem data para ocorrer.

20 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça reverte cobrança irregular para empresa pagar seguridade social

Uma das indústrias líder do setor de nutrição animal do país obteve na Justiça Federal (1ª Vara, 9ª subseção judiciária de Piracicaba) medida que suspende os pagamentos de 15% do valor da prestação de serviços realizadas por cooperativas que integram sua cadeia de atividades. Com base em jurisprudência dos tribunais superiores, o Juízo expõe que a cobrança da Receita é inconstitucional, demonstra ainda a impropriedade técnica da tentativa, determina que o Fisco Federal não imponha multas punitivas e nem crie qualquer dificuldade para expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.

A causa foi patrocinada pelo SLM Advogados e sua titular, Ana Paula Siqueira Lazzareschi de Mesquita, explica que empresas clientes de Cooperativas de Serviço poderão pedir na justiça a imediata suspensão e devolução da cobrança de contribuições previdenciárias pagas na porcentagem de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de serviços prestados por cooperativas de trabalho, prevista no artigo 22, inciso IV da Lei 8.212/91, com redação dada pela Lei 9.876/99. Diante dessa nova diretriz permitir-se-á a repetição do indébito ou a compensação das contribuições previdenciárias pagas pelas empresas tomadoras de serviços, fato de suma importância em tempos de crise.

Caso a União pretenda restabelecer a contribuição social das empresas tomadoras sobre os valores pagos em razão dos serviços prestados por intermédio

de cooperativas, deverá cobrá-la por meio de lei complementar, em atendimento aos artigos 195, §4º, c/c o art. 154, I, ambos da CF/88, sob pena de nova declaração de inconstitucionalidade.

“Em tempo de crise esta é uma boa notícia, pois a maioria das empresas existentes e atuantes no Brasil possuem contratos de prestação de serviço com Cooperativas de Serviço, como por exemplo, as cooperativas de saúde Unimed e Uniodonto, Unipsico, Ondondoclassic, cooperativas de consumo e produção, cooperativa agrícolas, cooperativas agropecuárias, cooperativas de profissionais de ensino e educacional, cooperativas de transporte de carga e de passageiros, cooperativas de infraestrutura”, diz Giane Barroso, advogada do escritório.

Isto é possível porque após anos de discussão judicial, o plenário da Suprema Corte julgou o Recurso Extraordinário n.º 595838, reconhecendo a inconstitucionalidade da contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social na porcentagem de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

A Justiça tem concedido liminares favoráveis aos contribuintes para a imediata suspensão da cobrança da mencionada contribuição, e ao final terão a devolução corrigida monetariamente, a qual as empresas poderão usar como compensação de outras contribuições previdenciárias, ou receber em precatório.

Contudo, para conseguir a suspensão da exigibilidade de pagar esta contribuição de agora em diante e a devolução dos valores pagos indevidamente, as empresas que utilizam de serviço prestado por cooperativas de trabalho, precisarão ingressar com a medida judicial cabível, já que o fisco federal não suspende nem devolve os valores automaticamente e por livre espontânea vontade. Além disso, os contribuintes não podem esperar muito para ingressar com os pedidos judiciais, pois, só conseguem a devolução dos valores pagos indevidamente dos últimos 5 (cinco) anos, portanto, a cada mês perde-se valores pelo fenômeno da prescrição.

20 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE LAVAGEM DE DINHEIRO É DEBATIDA NO STJ

“Falar de corrupção é, em certa medida, falar de dinheiro.” A afirmação do procurador-geral substituto do Banco Central do Brasil (Bacen), Rafael Bezerra Ximenes de Vasconcelos, deu início à palestra Regulamentações da lavagem de dinheiro na tarde de terça-feira (18/11), no Encontro Brasil-Reino Unido feito no Superior Tribunal de Justiça.

Ximenes falou sobre o sistema brasileiro de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e sua regulamentação no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. “Lidar com a lava-

gem de dinheiro é, talvez, lidar com o ponto de encontro para os crimes de corrupção.”

O procurador-geral substituto explicou que a competência constitucional do Bacen é assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Segundo ele, isso se desdobra em um espectro de competências variado e complexo, que envolve a autoridade cambial e monetária no país; a autoridade de regulação bancária e financeira; a autoridade de supervisão e a autoridade de resolução bancária e política antitruste.

19 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Congresso mantém veto do governo ao reajuste do Judiciário

As greves dos servidores do Judiciário, que acontecem desde o meio do ano em diferentes estados, não foram suficientes para influenciar os parlamentares a derrubarem o veto total da presidente Dilma Rousseff do projeto de lei que reajustava o salário dos servidores do Judiciário em até 78,56%.

O plenário do Congresso Nacional decidiu na noite desta terça-feira (17/11), em votação em separado, manter o veto do reajuste previsto no Projeto de Lei 7.920/14. Segundo o governo, o reajuste causaria um impacto financeiro de R\$ 27,5 bilhões aos cofres públicos nos próximos quatro anos.

Para derrubar o veto eram necessários 257 votos sim, mas os deputados favoráveis à queda do dispositivo só conseguiram 251, uma diferença de 6 votos, contra 132 dos que votaram a favor da manutenção do veto. Foram 11 abstenções. Com o resultado, a matéria não precisou ser analisada pelos senadores.

Após o resultado, servidores do Judiciário que ocupavam as galerias se manifestaram contra a decisão do plenário. Eles gritaram palavras de ordem contra a manutenção do veto, como "sem reajuste não vai ter eleição", uma referência a uma possível greve no Judiciário no próximo ano, de eleições municipais.

Ao colocar em votação, já no começo da madrugada, o veto do governo ao reajuste das aposentadorias da Previdência Social em valores acima do salário mínimo pelo mesmo índice aplicado ao salário mínimo, a oposição entrou em obstrução e o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), por falta de quórum encerrou a sessão, marcando outra para esta quarta-feira, às 11h30.

Não cabe ao juiz combater o crime, diz responsável pela "lava jato" em SP

A vara criminal que ficou conhecida por operações midiáticas, como a sатиagraha e a castelo de arcia, aposta agora na discricão para conduzir um desdobramento da famosa operação "lava jato". Em setembro, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo herdou parte do famoso caso de corrupção que começou com doleiros, chegou à Petrobras e foi estendido para outros órgãos e entidades públicas.

Os quatro processos que ali chegaram envolvem supostas fraudes no Ministério do Planejamento e estão sob sigilo nas mãos do juiz federal substituto Paulo Bueno de Azevedo.

Paraná Portal

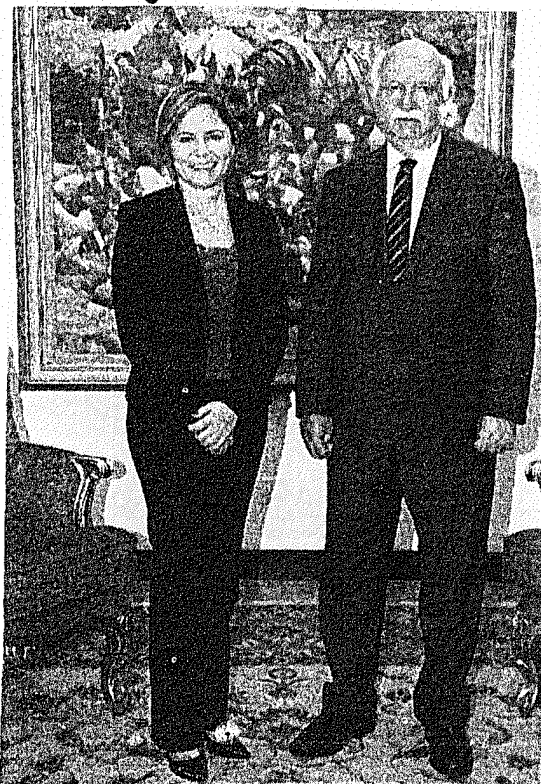
18 NOV 2015

RUY BARROZO

RUY BARROZO



Presidente do Provopar Estadual
apresenta projetos para o Tribunal de
Justiça.



A presidente do Provopar Estadual, Carlise Kwiatkowski, visitou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, com o objetivo de apresentar novos projetos e propor parcerias.

CONTINUA

1 8 NOV 2015

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO

Para Carlise, “o apoio dos parceiros é fundamental para que possamos atender quem mais precisa. Nossa demanda e projetos precisam da ajuda de toda sociedade, de empresas e órgãos comprometidos com as causas sociais”.